

A ESCRITA DO REAL COMO ATO ÉTICO: CONSIDERAÇÕES SOBRE *O ACONTECIMENTO* (1999), DE ANNIE ERNAUX

Maria Eduarda Freitas Moraes¹

Eduardo da Silva Moll²

RESUMO: A escrita de experiências dolorosas subverte a posição do sujeito em relação ao vivido, não só exigindo um olhar renovado ao passado, mas também oportunizando que outros se apropriem diferentemente da experiência relatada. O presente texto objetivou discutir a emergência do Real e seus contornos enunciativos em *O acontecimento*, obra autobiográfica de Annie Ernaux (1999/2022), articulando Lacan e Bakhtin na compreensão da escrita enquanto ato ético e analítico. No primeiro momento, apresentamos a concepção de ética proposta por Lacan à luz do ato analítico. Depois, caracterizamos o ato ético bakhtiniano e seu espriamento às proposições discursivas. Pontuamos que ambas as perspectivas enfatizam uma ética calcada na asserção subjetiva de uma posição frente à alteridade, proposição que ilumina a análise da obra de Ernaux. Compreendemos que a escrita, ao demandar uma posição implicada em termos de autoria, revela o ato ético em seu aspecto enunciativo, que reacentua o passado e funda uma nova verdade sobre o ocorrido, e analítico, ao proporcionar o nascimento da escritora enquanto nova posição subjetiva.

Palavras-chave: Alteridade; dialogismo; ato analítico; autobiografia; literatura francesa.

THE WRITING OF THE REAL AS AN ETHICAL ACT: CONSIDERATIONS ON *THE EVENT* (1999) BY ANNIE ERNAUX

ABSTRACT: Writing about painful experiences subverts the subject's position in relation to the lived experience, not only requiring a renewed look at the past but also providing an opportunity for others to interpret the reported experience differently. This article aimed to explore the emergence of the Real and its enunciative contours in *The Event*, an autobiographical work by Annie Ernaux (1999/2022). This is achieved by examining the relationship between Lacan's and Bakhtin's perspectives, thereby, understanding writing as both an ethical and analytical act. Initially, we present the Lacanian conception of ethics in the context of the analytical act. Then, we characterize Bakhtinian notion of the ethical act and its implications for discourse theories. Our analysis highlights that both perspectives emphasize an ethics based on the subjective assertion of a position in relation to otherness, a concept that illuminates the analysis of Ernaux's work. We proposed that the act of writing, by requiring a committed stance on authorship, reveals the ethical act in its enunciative aspect, which reinterprets the past and establishes a

¹ Psicóloga e psicanalista. Doutoranda em Linguística no Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com bolsa CNPq. Membro do Grupo de Pesquisa Discursos em Diálogo (PUCRS/CNPq).

² Doutorando em Linguística no Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com bolsa CNPq. Membro do Grupo GenTe - Tessitura: Vozes em (Dis)curso (PUCRS/CNPq).

new truth about the event. Additionally, it serves an analytical function by facilitating the emergence of the writer as a new subjective position.

Keywords: Otherness; dialogism; analytical act; autobiography; French literature.

Introdução

A escrita pode ter como função a transmissão de uma vivência e de um saber, com isso, permite elaborar³ uma experiência. Como um rastro, representa, de modo parcial, um traço do que está ausente; o que pode se perder, ser esquecido, se não ganhar representação e, consequentemente, rememoração (Gagnebin, 2009). Segundo Luciano Ponzio (2017, p. 38), o ato de escrever alça o enunciado para além da necessidade e da vivência imediata, inscrevendo uma responsabilidade que desvincula o dizer ao “modo de ser das coisas, no ser já determinado em uma totalidade”, privilegiando um movimento em direção à alteridade. Nisso, a publicação concretiza a renovação espaço-temporal do dizer (Bakhtin, 1970/2017b), permitindo que outros se apropriem da experiência de modo distinto daquele que a elaborou. A escrita porta, também, uma dimensão ética, uma autoria que implica uma assinatura: “ao assinar, aquele que escreve torna-se responsável: responde de seu lugar e de sua participação na cultura” (Amorim, 2018, p. 23).

Em termos psicanalíticos, ainda que a escrita propicie uma parcial simbolização, haverá um resto que não pode ser plenamente elaborado. Segundo Jacques Lacan (1953/1998, p. 301), “a função da linguagem não é informar, mas evocar” a alteridade que funda, na linguagem, a falta constitutiva do sujeito, sua inclinação ao Outro. Partindo dessa falta, o autor caracteriza a fala plena em oposição à fala vazia⁴ “em que o sujeito parece falar em vão de alguém que, mesmo lhe sendo semelhante a ponto de ele se enganar, nunca se aliará à assunção de seu desejo” (Lacan, 1953/1998, p. 255). A fala plena teria o efeito de “reordenar as contingências paradas dando-lhes o sentido das necessidades por vir” (Lacan, 1953/1998, p. 257), alinhadas ao desejo.

Em Lacan, o desejo não é um objeto a ser apreendido na realidade, mas a articulação linguageira da “falta-a-ser” que qualifica o sujeito do inconsciente (Lacan, 1958/1998, p. 633). Não se trata nem da necessidade, no escopo das necessidades vitais, nem da demanda, referente ao apelo que o sujeito endereça a alguém. O desejo não solicita um objeto encontrável na realidade; está presente como uma força que impulsiona a formulação de demandas as quais são impossíveis de serem satisfeitas completamente (Lacan, 1959-1960/1988).

³ Termo utilizado no sentido proposto por Sigmund Freud (1914/2010), indicando o trabalho de análise que permite o escoamento da pulsão que antes era reprimida e atuava.

⁴ No desenvolvimento de seu ensino, Lacan desfaz a oposição marcada entre fala plena e vazia, pois os momentos de abertura e fechamento do inconsciente fazem-no sempre atuante. Fazemos uso da distinção, entretanto, para ressaltar a dimensão da verdade, que, tal como a responsabilidade bakhtiniana, é exigida ao sujeito do ato.

Este artigo parte da premissa de que o desejo se aproxima do Real⁵ no que diz respeito ao que não pode ser totalmente nomeado e apreendido. Em psicanálise, a operação de historicização do sintoma e do sofrimento do sujeito propicia a simbolização sempre aberta à emergência do Real, do sem sentido e do desejo, cuja natureza é inconsciente. Justamente, um sonho – uma formação do inconsciente – relatado nas primeiras páginas de *O acontecimento*, de Annie Ernaux (1999/2022), articula a necessidade de escrever um livro sobre um aborto clandestino vivenciado, o sucesso da venda da publicação e a culpa que vai da vivência à experiência artisticamente compartilhada. Nessa via, este texto tem como objetivo discutir a emergência do Real e seus contornos enunciativos em *O acontecimento*, obra autobiográfica de Annie Ernaux (1999/2022), articulando Lacan e Bakhtin na compreensão da escrita enquanto ato ético e analítico.

Para desenvolver o objetivo, o texto está dividido em três partes. Na primeira, apresenta-se a concepção de ética proposta por Lacan junto ao seu seminário sobre o ato analítico. No segundo momento, propõe-se uma articulação entre o pensamento de Mikhail Bakhtin, sobretudo por meio do seu manuscrito *Para uma filosofia do ato responsável* (1920-1924/2010), e a ética da Psicanálise, tendo como referência, principalmente, o *Seminário 7: a ética da psicanálise* e o *Seminário 15: o ato psicanalítico* de Lacan (1959-1960/1988). Tal proposta de associação entre as abordagens não desconsidera diferenças conceituais e metodológicas entre campos distintos do conhecimento; busca-se, antes, enriquecer o debate teórico considerando que ambas as perspectivas enfatizam uma ética calcada na assunção de uma posição subjetiva frente à alteridade⁶. Por fim, é discutida a obra *O acontecimento*, de Annie Ernaux.

Com isso, ao longo deste artigo, desenvolveremos o argumento de que a narrativa autobiográfica em Ernaux (1999/2022) se concretiza como *escrita do Real*, formulação proposta para conceber um registro discursivo em que não se visa à enunciação completa do objeto, mas, assimilando o não-todo dizer que tangencia o Real, indica um ponto-limite da elaboração, em que o irrepresentável da morte e do aborto são contornados no e pelo ato de escrita, capaz de produzir restos da simbolização e da imaginarização. Esse processo estético, conforme discutiremos, revela uma ética sustentada na responsividade (Bakhtin, 1959-

⁵ Na perspectiva de Jacques Lacan (1975-1976/2007), o Real representa o encontro com o inapreensível e o impossível, representando algo que, na transmissão, é inenarrável. O Simbólico diz respeito ao campo das leis culturais inscritas na linguagem (Outro). Por fim, o Imaginário alude à imagem que o sujeito constitui através do olhar do outro enquanto semelhante (Lacan, 1975-1976/2007).

⁶ Dentro das diferenças entre as perspectivas teórico-metodológicas, consideram-se as críticas à psicanálise produzidas pelo Círculo de Bakhtin, sobretudo o texto *O freudismo* redigido por Valentin Volóchinov (Grillo e Américo, 2019). Sugermos que as críticas, apesar de produtivas no contexto da época, provêm de uma leitura hoje entendida como fragmentada da obra freudiana, visto que Freud seguiu seus escritos após as críticas de Volóchinov. Entende-se que as críticas estabelecem uma equivalência entre *intrapsiquismo* e inconsciente como espaços internos isolados do contexto social, o que não corresponde à totalidade da obra freudiana. Em estudos contemporâneos, pesquisadores já buscam desenvolver diálogos entre a psicanálise e a Teoria Dialógica do Discurso (Brait, 2012; Moll e Di Fanti, 2021; Moll, Di Fanti e Rosa, 2023; Monroy, 2019; Pinheiro, Aguiar e Carvalho, 2019; Teixeira, 2006).

1961/2016), ou seja, no endereçamento ontológico do enunciado ao interlocutor (seja ele mais imediato – o outro – ou menos imediato – o Outro), a despeito das dificuldades enunciativas dos temas e/ou objetos do dizer.

1. A ética da psicanálise e o ato analítico

Ao longo do desenvolvimento de sua obra, Lacan propõe considerações a respeito da ética da Psicanálise. No *Seminário 7, A ética da psicanálise* (1959-1960/1988), o autor se dedica ao tema de modo mais específico. A psicanálise não visa a uma ética normativa: não se prescreve ao analisando o que se deve fazer, mas criam-se condições para que o desejo do sujeito do inconsciente emerja no espaço de análise.

Todavia, não se trata de uma ética de um sujeito alheio às suas implicações com a alteridade. O Outro⁷ é, justamente, a figura que interroga o sujeito sobre o seu desejo (Lacan, 1959-1960/1988). A ética da psicanálise se pauta pela escuta do dizer do sujeito do inconsciente, considerando que, a partir dessa escuta, se possibilita a interrogação das posturas assumidas pelo sujeito frente ao Outro. Em última instância, visa que o sujeito não se deixe capturar em uma posição de alienação e possa sustentar uma postura ética em relação ao próprio desejo (Lacan, 1959-1960/1988; 1964/2008).

Por estar preocupado com a reformulação do campo psicanalítico, Lacan irá propor, no *Seminário XV* (1967-1968), discutir o que ele chama de ato analítico – conceito coextensivo à posição ética da Psicanálise. O autor inicia o seminário assinalando que o ato analítico é determinado por um corte que divide um antes e um depois na experiência do sujeito, “uma conversão da posição que resulta do sujeito quanto à sua relação com o saber” (Lacan, 1967-1968, p. 23). Esse ato constitui parcialmente o sujeito a cada vez, sem jamais o definir de modo permanente, por levar em conta o Real do discurso, ou seja, a “falha que o ente produz ao se dizer” (Lacan, 1970/2003, p. 425).

Para teorizar o ato, Lacan reflete sobre tornar-se psicanalista. Para autorizar-se psicanalista, é necessário suportar a transferência, o que implica ocupar o lugar de objeto de suporte do discurso do analisando. A partir do desenvolvimento desse discurso, o analista passará a ocupar o lugar de alteridade para o analisando, a quem este supõe um saber, e que, ao situar-se na posição de objeto, pode revelar uma falta no saber para, então, mobilizar o desejo (Lacan, 1967-1968). Sendo assim, o ato analítico comporta uma dimensão ética. Esse ato “implica profundamente o sujeito”, que coloca a si mesmo em questão (Lacan, 1967-1968, p. 4). Com isso, o ato promove um reposicionamento subjetivo, considerando que os traços que

⁷ Na obra de Lacan, as noções de *outro* e *Outro* são usadas para se referir a duas instâncias da alteridade no psiquismo. No registro simbólico, o campo da linguagem acena ao grande Outro, tesouro dos signifícaentes e receptáculo das leis culturais. No registro imaginário faz alusão a componentes fantasmáticos especulares, como, por exemplo, a imagem que o sujeito constitui através do olhar do outro enquanto semelhante (*outro*). Nessa perspectiva, o analista deve se tornar suporte em termos de Outro, ou seja, seu lugar não se confunde como um semelhante para o sujeito no espaço de análise; ele deve tornar-se receptáculo do discurso do analisando.

advém do Outro são constitutivos e, por isso, são também elementos para a reinvenção do sujeito (Zuberman, 2014).

A posição que o analista ocupa requer a disponibilidade para o imprevisto, permitindo o reconhecimento de algo que o sujeito desconhecia em si. Ele decorre de um saber que (ainda) *não se sabe*, ou seja, inconsciente. Esse saber não poderá ser transmutado em conhecimento consciente de modo completo; ele sempre irá comportar algo de indecifrável, que impulsionará o sujeito em seu desejo.

A incompletude, portanto, presentifica-se sob diversas figurações no sistema teórico-clínico lacaniano. Efetivamente, a indecifrabilidade completa do saber inconsciente deriva do estatuto da verdade, tornada ato pelo analisante. Em Lacan (1970/2003, p. 443), a verdade é um efeito que “situa-se por supor o que do real faz função no saber, o que se acrescenta a ele (o real)”, por isso decorrendo “do que cai do saber, isto é, do que se produz dele”. Ou seja, o inconsciente, estruturado como uma linguagem, contempla o Real – o anverso das faltas estruturais de cada língua enquanto sistemas de significantes –, indicando que todo saber simbolicamente estruturado não é refratário ao Real, mas se constitui em resposta ao impossível de saber. Consequentemente, as manifestações da linguagem, dentre elas a língua, a escrita, a pintura etc., demonstram sua produtividade no laço social porque fazem borda ao Real enquanto elemento terceiro do nó psíquico, comparecendo enquanto presença da falta, como incompletude, condicional à sustentação de um efeito de completude, miragem de unidade (Lacan, 1973-1974/2016).

As referidas relações constitutivas entre impossibilidade/incompletude, saber, linguagem e inconsciente põem em cena o desejo e seu movimento enquanto índice da emergência do próprio sujeito em análise. Assim como a verdade comporta sempre um semi-dizer, o ato também comporta algo da ordem do indizível, pela presença de algo que não pode ser plenamente descrito, definido e, portanto, compreendido (Lacan, 1967-1968). Isso gera um contexto englobante de indeterminação quando do surgimento da verdade, pois “existe um indecidível que se articula [ao dizer] pelo fato de que o próprio indemonstrável não pode ser garantido” (Lacan, 1970/2003, p. 427). Esse cenário não anula a possibilidade do dizer, mas, ao contrário, permite ao sujeito subverter uma posição de completa passividade, sofrendo os efeitos de uma agentividade marcada pela incompletude.

A subversão do sujeito está presente no ato analítico, visto que o ato instaura certa desordem no campo das identificações, como aquelas desenvolvidas de modo especular, no âmbito imaginário. Além disso, a irrupção do ato permite questionar o Outro enquanto instância simbólica composta pela linguagem, redimensionando os significantes da falta, furados pelo Real (Lacan, 1964/2008). É, justamente, por meio dos significantes da falta no Outro que se prospecta a historicidade da constituição de um sujeito previamente desejado, discursivizado e que, no momento da análise, começa a não mais conceber a completude de si no outro. Considerando o ato analítico, a ética proposta por Lacan não propõe que o sujeito não deva se responsabilizar pelas suas produções do inconsciente; ao contrário, o sujeito, ao se reposicionar em relação às dimensões da alteridade, passa a produzir novos modos de lidar com os seus sintomas (Quinet, 1991; Zuberman, 2014).

2. O ato ético em Mikhail Bakhtin e suas possíveis articulações com o campo psicanalítico

Mikhail Bakhtin foi um dos integrantes do grupo posteriormente conhecido como Círculo de Bakhtin. Composto por intelectuais de variadas áreas do conhecimento (filosofia, linguagem e literatura, música, biologia etc.), o grupo se reunia sistematicamente na Rússia entre 1919 e 1929⁸. Por um viés filosófico, o Círculo sustentou uma abordagem crítica a abordagens lógicas, positivistas, individualistas psicologizantes, privilegiando a complexidade que emerge, por um lado, da tensão entre a intersubjetividade produtora de sentidos na vida vivida, e, por outro, a constante atualização de valores histórico-culturais que esta perfaz (Bakhtin, 1920-1924/2010). Nessa perspectiva, a alteridade é condição de possibilidade para a subjetividade (Bubnova, 2013), ponto de vista que se espalha às proposições discursivas, cujo centro unificador é a visão de língua(gem) enquanto espaço de constituição dos sujeitos e da cultura.

Em *Marxismo e filosofia da linguagem*, Volóchinov (1929/2018, p. 127) postula a necessária articulação entre a psicologia, com os estudos da formação da consciência, e a sociologia, defendendo que “[o] signo ideológico é território comum tanto do psiquismo quanto da ideologia; é um território material, sociológico e significante”. Entendendo ideologia como pontos de vistas sobre o mundo, o signo ideológico reúne o passado histórico enunciativamente encarnado e a apropriação reacentuada singular efetuada pelo locutor em face ao outro (Bakhtin, 1959-1961/2016). Por isso, para além da sistematicidade das línguas, a palavra “é uma ponte que liga o eu ao outro” (Volóchinov, 1929/2018, p. 205) e sua análise contempla o horizonte ideológico mais e menos imediato, a apreciação avaliativa constitutiva do sentido e os signos ideológicos responsivamente concretizados nas diversas formas de interação discursiva.

O Círculo de Bakhtin considera que o sentido do enunciado emerge de modo múltiplo por meio da interação dialógica, na qual se inscreve a responsividade enquanto manifestação de uma ética da alteridade. Para Sobral (2010), o ato bakhtiniano é *responsável*, pois, ao mesmo tempo, responde a discursos outros, sejam eles ditos ou não-ditos, e se responsabiliza pela resposta engendrada, desde uma posição subjetiva singular, embora constituída pelo outro. Com efeito, ao sujeito bakhtiniano não importa controlar os sentidos produzidos no ato, pois o ato “na sua integridade é mais do que racional – é *responsável*” (Bakhtin, 1920-1924/2010, p. 81), sendo a racionalidade apenas um momento que integra a exigência ética de responder ao outro (Bubnova, 2013). Por isso, é nas relações dialógicas que o sentido se constitui, legando às dinâmicas interativas os destinos semânticos do encontro alteritário.

Nutrido das relações dialógicas, o sentido desconhece limites espacotemporais, pois “[d]ois enunciados alheios confrontados, que nada sabem um do outro, se querem tocar, ainda que de leve, o mesmo tema (pensamento), entram inevitavelmente em relações dialógicas entre

⁸ Dentre os integrantes do Círculo, destacam-se, nos estudos da linguagem, Mikhail Bakhtin (1895-1975), Pável Medvídev (1891-1938) e Valentin Volóchinov (1895-1936) que tiveram uma colaboração estreita “na segunda metade dos anos 1920, da qual todos os três se beneficiaram em obras publicadas posteriormente” (Grillo; Américo, 2019, p. 33).

si” (Bakhtin, 1959-1961/2016, p. 88). Se as reverberações dialógicas não são controláveis, o sentido nunca terá sido inteiramente decifrado ou completo, pois “não pode haver primeiro nem o último sentido, ele sempre está situado entre os sentidos, é um elo na cadeia de sentidos, a única que pode ser real em sua totalidade” (Bakhtin, 1970-1971/2017, p. 42). Nessa via, a multiplicidade inesgotável é o potencial de criação de sentidos, nos encontros dialógicos entre sujeitos e objetos do dizer e, sobretudo, naquilo que o sentido inaugura de novo (Mello; Miranda, 2019).

Ao longo da obra, Bakhtin (1970/2017, p. 37-38) pontua que a própria palavra do sujeito é uma *palavra semi-alheia*, que circula no tecido da cultura:

Por palavra do outro (enunciado, produção de discurso) eu entendo qualquer palavra de qualquer outra pessoa, dita ou escrita na minha própria língua ou em qualquer outra língua, ou seja, é qualquer palavra *não minha*. Neste sentido, todas as palavras (enunciados, produções de discurso e literárias), além das minhas próprias, são palavras do outro. Eu vivo em um mundo de palavras do outro. E toda a minha vida é uma orientação nesse mundo; é a reação às palavras do outro (uma reação infinitamente diversificada), a começar pela assimilação delas (no processo de domínio inicial do discurso) e terminando na assimilação das riquezas da cultura humana (expressas em palavras ou em outros materiais semióticos).

Nisso, Bakhtin destaca a relevância do discurso do outro para a constituição da consciência individual, reiterando o viés alteritário pelo qual se comprehende que, a princípio, “eu tomo consciência de mim através dos outros: deles eu recebo as palavras, as formas e a tonalidade para a formação da primeira noção de mim mesmo” (Bakhtin, 1970-1971/2017, p. 30).

Nessa via, as primeiras palavras alheias carregam as primeiras valorações que o sujeito assimila sobre si mesmo, de modo que “a palavra é sempre maior que seu significado verbal” (Bubnova, 2013, p. 15). A consciência, como produto do processo de assimilação seletiva, reelaborada e reacentuada das palavras alheias não é autodeterminada, nem imposta pelo outro (Bakhtin, 1959-1961/2016). As palavras alheias, uma vez assimiladas, são reacentuadas, revaloradas e exigem que o sujeito as ressignifique, a fim de que elas ganhem sentidos assumidos por si-mesmo (eu-para-mim), que podem ser contraditórios e opostos aos sentidos conferidos pelo outro (Bakhtin, 1920-1924/2010).

Para Bakhtin (1943/2019), o sentido fechado encerrado em si mesmo remete à anulação, ao silenciamento e à morte do objeto do dizer (aquilo de que ou aquele de quem se fala). Mello e Miranda (2019, p. 25), ao discutirem a obra do autor russo, destacam a “impossibilidade de dar acabamento a um ser humano vivo”. Esse movimento constante do mundo da vida supõe que o sujeito nunca se identifique completamente consigo mesmo, no seu passado, mas que dimensione os eventos como irrepetíveis e, portanto, carregados de potência transformadora. Por isso, na contemplação empática do objeto realiza-se “algo que não existia nem no objeto da empatia, nem em mim antes do ato da empatia, e o existir-evento se enriquece deste algo que é realizado, não permanecendo igual a si mesmo” (Bakhtin, 1920-1924/2010, p. 62).

Em *Para uma filosofia do ato*, Bakhtin, (1920-1924/2010) apresenta um projeto de filosofia moral contrapondo-se ao terreno das abstrações e de orientações de validade universal. O ser humano é entendido como ser-evento, qualidade do ser único, em devir e irrepetível. O ato, por sua vez, é também único e irrepetível e, diante disso, a ética não poderia ser normativa ou prescritiva. Para o autor, “[o] momento do que é absolutamente novo, que nunca existiu antes e que não pode ser repetido, está aqui em primeiro plano, e constitui uma continuação responsável no espírito da totalidade, que foi uma vez reconhecida” (Bakhtin, 1920-1924/2010, p. 91). O ato é “internamente imperativo” (Bubnova, 2013, p. 11) e seu dever impede que o sujeito encontre álibis à sua singularidade:

O ato responsável é, precisamente, o ato baseado no reconhecimento desta [minha] obrigatoriedade singularidade. É essa afirmação do *meu não-álibi no existir* que constitui a base da existência sendo tanto dada como sendo também real e forçosamente projetada como algo a ser alcançado (Bakhtin, 1920-1924/2010, p. 99).

Além disso, segundo Bakhtin (1920-1924/2010), a vida como ato prevê o espraiamento da ética alteritária a todo e qualquer fenômeno semântico humano, seja o ato como pensamento, como sentimento ou mesmo como ação. Na interpretação de Ponzio (2010), o ato também pode ser entendido como “dar um passo”, um modo de posicionar-se ou de deslocar-se tendo como referente um outro concreto (Ponzio, 2010, p. 5).

Na abordagem bakhtiniana, todo enunciado possui autoria, ou seja, um sujeito que enuncia e se dirige ao outro, trazendo a assinatura do ato enunciativo como “único, pessoal, comprometido e irrepetível” (Bubnova, 2013, p. 13). O outro a quem respondemos responsávelmente pode estar concretamente presente no diálogo face-a-face ou não, como no caso do supradestinatário, “um terceiro invisivelmente presente” (Bakhtin, 1959-1961/2016, p. 105). Ainda, todo ato se situa em um contexto social, espacial e temporal – em um cronotopo, sejam eles imediatos e/ou imaginados, como na fantasia. Em todo caso, o cronotopo é sempre concreto, pois remete ao tempo-espacó que abarca o ato de sujeitos situados.

Portanto, autoria, interlocutor e contexto são elementos necessários para a compreensão dialógica do ato enunciativo como um encontro (Ponzio, 2010). Sobre isso, Bakhtin distingue a verdade como valor abstrato, *istina*, “a veracidade, o verdadeiro, como ideal universalmente incontestável, mas do qual não há no ato o reconhecimento efetivo”, da verdade como afirmação de um ato, *pravda* (Ponzio, 2010, p. 13). Na verdade do encontro, *pravda* e *istina* não se excluem, mas se tensionam, caracterizando a construção de sentidos enquanto encontro entre o histórico e o vivido. Em suma, a tensão entre os valores culturais históricos e a irrepetibilidade dos eventos é uma questão relevante na obra bakhtiniana. Ao invés de conceber objetos e sujeitos como meros produtos do contexto em que se encontram, por meio da *pravda*, o autor ressalta a capacidade de irrupção do novo que se abre através da responsabilidade.

O que Bakhtin propõe é o encontro vivo com o objeto em um ambiente relativamente estável, inscrito na cultura, que acolha o novo. Para o autor, o ato – seja o de encontro, de enunciar, de pensar – será responsável e responsável (Bakhtin, 1920-1924/2010; Ponzio, 2010).

Responsivo, pois sempre remete às palavras que circulam socialmente, às palavras alheias que já foram pronunciadas e, paralelamente, sempre busca antecipar respostas que o interlocutor possa apresentar (Bakhtin, 1934-1935/2015). Responsável porque o ato prevê, como dimensão ética, o posicionar-se de maneira não-fortuita frente ao outro, o que só pode ser feito pela “palavra plena”, a única “que pode ser responsável significativa”, pois concretiza a *pravda*, a verdade assumida para si em face ao outro e à cultura (Bakhtin, 1920-1924/2010, p. 84).

Nesse âmbito, é possível identificar uma potência ética que se manifesta por meio da disposição em reconhecer as diferenças de cada sujeito/objeto em cada momento e em cada encontro dialógico, sendo a tensão de diferenças a condição de possibilidade para a formação de identidades sempre abertas à mudança. Ponzio (2008, p. 236) aponta a revolução proposta pelo pensamento bakhtiniano ao indicar que o autor mobiliza um deslocamento da ênfase da identidade para a alteridade:

A aproximação de Bakhtin aos problemas da cultura e, portanto, do problema dos signos e dos valores assume um interesse especial pelo que se refere à questão da razão dialógica, visto que põe em discussão a categoria de Identidade em favor da Alteridade.

Podemos aproximar o pensamento dialógico do tratamento psicanalítico se considerarmos que, também na análise, trata-se de desestabilizar as identificações mais rígidas e consolidadas, proporcionando uma possibilidade de ressignificação da narrativa do sujeito. Pensando na articulação entre ambos os autores, Bakhtin e Lacan, o ato analítico implica um movimento dialógico em relação à alteridade à medida que depende da manifestação do *alter*, do desconhecido do próprio sujeito. Tal manifestação pressupõe uma tomada de posição ética ao demonstrar que o ato não é neutro em relação ao si-mesmo, ao outro e à cultura, assim como a palavra.

A alienação poderia ser considerada um álibi, uma vez que nela o sujeito acredita que o Outro detém as respostas acerca dos seus atos e do seu próprio desejo. No entanto, o conceito bakhtiniano de *não-álibi* implica a impossibilidade de o sujeito justificar um ato através da imparcialidade, sem se implicar nele com as suas escolhas, sem considerar o que o ato representa diante dos outros e de si. Lacan (1964/2008) elabora a alienação e a separação como etapas constitutivas e dialéticas, reconhecendo que elas não são estanques e, nesse caminho, propõe a pergunta acerca da coerência do sujeito com o seu próprio desejo de modo que essa pergunta nunca se encerra, pois nunca se apreende o desejo totalmente. O ato revela que o sujeito emerge além - mas não sem - o desejo do Outro.

Com a apresentação acerca de alguns conceitos de Lacan e Bakhtin, observamos que em ambos os autores encontramos perspectivas para pensar o ato como posição assumida pelo sujeito frente ao imprevisto que emerge do encontro com a alteridade. Essa posição necessariamente implica uma ausência de álibi e uma ética. Em Lacan, revela-se o desejo do sujeito do inconsciente. Para Bakhtin, tal posição reflete as relações dialógicas como motor do

surgimento de um sentido *outro*, singular, marcado pelo encontro com a alteridade, nunca estanque. A falta ontológica (Bubnova, 2013), que pode ser depreendida da alteridade como condição para constituição do sujeito, e o sujeito inacabado no pensamento bakhtiniano dialogam com o sujeito incompleto, que se mobiliza em direção a um desejo impossível de ser plenamente satisfeito, em Lacan.

3. A escrita como ato de encontro com o Real

Para mim, a verdade é simplesmente o nome que se dá àquilo que se procura e que escapa constantemente (Ernaux, 2003/2023, p. 43).

Nesta seção, realizaremos uma leitura da obra *O acontecimento* de Annie Ernaux⁹ (1999), discutindo o comparecimento do Real, via contornos enunciativos, na escrita autobiográfica. Metodologicamente, tomamos a definição de autobiografia de Bakhtin (1920-1924/2023), para quem esse gênero compartilha o mesmo princípio construtivo com a biografia, a saber, o de descrever uma vida pelos olhos do outro. Segundo o autor, mesmo quando há coincidência entre o autor-pessoa e o autor-personagem, esses polos preservam-se nas categorias distintas do eu e do outro, tendo em vista a função transformadora da (auto)biografia enquanto “forma de conscientização, visão e enunciado da minha própria vida” (Bakhtin, 1920-1924/2023, p. 221). Por isso, o autor de um enunciado (auto)biográfico “é aquele outro possível que se infiltrou na nossa consciência e frequentemente dirige os nossos atos, nossas apreciações e nossa visão de nós mesmo ao lado do nosso eu-para-mim” (Bakhtin, 1920-1924/2023, p. 221).

Ainda, partimos do pressuposto que o ato de escrever e a materialidade da produção escrita são partes de um mesmo processo, em que a escrita não visa a transcrição de um saber instituído antes ou fora dela. Um saber é construído no próprio momento da escrita (Amorim, 2001). A escrita por si só, como ato, é o movimento que já enuncia e desvela o que há para ser dito – que, por sua vez, sempre se defronta com a impossibilidade de completude, seja com o que se quer dizer, seja com o que o outro esperaria do que foi dito (Lacan, 1970/2003). Nesse caso, não há algo que se recalque e que precise ser interpretado à medida que a autora desvela o próprio desejo por meio da sua obra. Por fim, metodologicamente, realizaremos uma análise que se vale de conceitos bakhtinianos e lacanianos em diálogo, buscando responder à especificidade do fenômeno investigado, a saber, a dificuldade de verbalizar os contornos do que não pode ser dito.

O acontecimento é uma narrativa autobiográfica que trata de um relato de um aborto clandestino realizado pela narradora¹⁰ na década de 60. Annie Ernaux, vinda de uma família

⁹ Annie Ernaux nasceu em 1940, em Lillebonne, na França. Estudou da universidade de Rouen e foi professora por mais de trinta anos. A autora possui diversas obras que tratam da sua autobiografia, como *A vergonha*, *A outra filha*, entre outras.

¹⁰ Em entrevistas, Ernaux reflete sobre sua obra como um projeto de sociologia pessoal. A autora afirma “escrever o real”, partindo “da realidade tal qual ela se dá, tal como ela é visível aos meus próprios olhos e à minha própria memória” (Ernaux; Bras, 2017, p. 110). Por isso, a autora frequentemente identifica as personagens de seus livros

católica, estudante universitária de Letras em Rouen, França, na época com 23 anos, descobre-se gestante e depara-se com uma urgência em conseguir abortar o feto. Gestar e tornar-se mãe, naquele momento, não são ideias consideradas ou debatidas pela autora que, desde o início, posiciona-se a respeito do que sente a necessidade de fazer, apesar da ilegalidade do procedimento. Então, passa a buscar auxílio de conhecidos para poder contatar alguém que realize o procedimento. Após se frustrar com homens que tentam se aproveitar da sua vulnerabilidade para se aproximar dela, encontra amparo em uma conhecida que já havia feito um aborto. Ela fornece o contato de uma outra mulher, que irá tentar efetivar o procedimento duas vezes – na primeira vez, o aborto não foi bem-sucedido. A expulsão do feto ocorre após a segunda tentativa, quando a narradora já retornou ao local onde reside.

Apresentamos trechos com a intenção de elucidar o ato do aborto e o ato da escrita como momentos em que se revela a posição ética do sujeito, articulando o ato analítico lacaniano e o ato ético bakhtiniano. Hipotetizamos que tal ética responde à impotência de representar a morte a partir da não-recusa do comparecimento do Real nas falhas do texto, acolhendo-as como algo que “serviria para fixar o olhar” (Lacan, 1970/2003, p. 446) na verdade constituída na/pela escrita. Além da singularidade do ato, destaca-se ainda o apelo ao outro no discurso, a quem o enunciado se dirige, e que somente desse modo pode se completar o projeto enunciativo. Sobre o desejo de escrita, a autora relata:

Faz uma semana que comecei esta narrativa, sem nenhuma certeza de continuá-la. Só queria testar meu desejo de escrever sobre isso. Um desejo que me atravessava constantemente sempre que eu estava trabalhando no livro que venho escrevendo há dois anos. Eu resistia, mas não conseguia deixar de pensar nisso. Ceder ao desejo me parecia assustador. Mas me dizia também que poderia morrer sem ter feito nada desse acontecimento. Se havia uma culpa, era essa. Uma noite sonhei que segurava um livro que havia escrito sobre meu aborto, mas não se podia encontrá-lo em nenhuma livraria e ele não era mencionado em nenhum catálogo. Na parte inferior da capa, em letras grandes, constava ESGOTADO. Não sabia se esse sonho significava que eu devia escrever este livro ou se seria inútil fazê-lo (Ernaux, 1999/2022, p. 15-16).

Observamos uma forte relação não-fortuita entre a narradora e a escrita, em um encontro cuja verdade (*pravda*) faz emergir a tensão entre o dever escrever e a inutilidade desse ato. Há um Real que se manifesta ao titubear inscrever um desejo que estaria em outro lugar, preso na experiência do aborto. É uma escrita que “se aproxima do real à medida que o discurso reduz o dito a cavar um furo em seu cálculo” (Lacan, 1970/2003, p. 446), subvertendo a imagem de escritor consciente e convicto de seu projeto de dizer, visto que o desejo de escrever o aborto destitui a narradora de qualquer certeza em completar o ato, levando-a a uma posição cindida, que resiste à escrita ao mesmo tempo que dela necessita. Logo, seja pelo tema da escrita, seja

como ela mesma. Neste artigo, realizamos a diferenciação bakhtiniana entre a pessoa do autor e a personagem autobiográfica para explorar a reacentuação da memória a cada (re)escrita, de forma alguma questionando a veracidade do relato, mas calcando nossa análise na *pravda* do ato autobiográfico.

pela recepção da obra – iniciada pelo rápido esgotamento dos exemplares –, o contorno do Real da experiência vivenciada pelo sujeito demanda uma posição ética, em termos de dar cabo à autoria da obra, ou não.

A relação alteritária com a escrita, por sua vez, considera a alteridade mais ampla, o endereçamento da obra a um público, tonalizado pelo medo de não encontrar quaisquer vestígios de sua produção, quaisquer menções, ou quaisquer exemplares do livro. Em suma, o sonho relatado faz emergir o Real que, nessa via, excede o simbólico como registro da linguagem, cuja única transcrição possível é o signo do esgotamento, da aniquilação do desejo pelo significante da inutilidade. A língua, na grafia em caixas altas de “ESGOTADO”, não transmite uma informação ou predica um objeto, mas evoca a falha, o resto, o limite da elaboração de uma dada experiência como motor do discurso que afigura o aborto. O que se evoca nesse significante são os outros que, representando a curiosidade do Outro em relação ao ato de abortar, interroga a postura ética da narradora relativamente à maternidade e à alteridade.

Na obra *O jovem* (1998-2000/2022), a autora, ao relatar uma relação amorosa com um homem trinta anos mais jovem, faz referência ao processo de escrita de *O acontecimento*:

Depois de muito tempo dando voltas em torno do tema, comecei a escrever a narrativa sobre o meu aborto clandestino. Quanto mais eu avançava na escrita desse acontecimento que tinha se passado antes mesmo do nascimento dele, mais sentia um desejo irresistível de terminar com A. Como se eu quisesse liberá-lo e expulsá-lo, assim como eu tinha feito com o embrião mais de trinta anos antes. Trabalhava incessantemente para concluir meu texto e também, por uma estratégia decidida de afastamento, para romper com ele. Com poucas semanas de diferença, a ruptura coincidiu com o fim do livro (Ernaux, 1998-2000/2022, p. 37).

Ao escrever, a narradora ensaia uma possível relação entre o ato de escrever e a separação do encontro com outro. A necessidade de escrita surge como modo de elaboração da experiência que permite a formação de um posicionamento ético em suas relações interpessoais. Tal posicionamento, concretizado no signo ideológico “meu texto”, tensiona o passado traumático da expulsão do feto e a atitude futura do término amoroso, ao passo que reacentua o teor puramente negativo dessas experiências de separação com os tons da produção, da criação de um texto. Ao relatar sua vida, a narradora produz uma nova verdade (*pravda*) para a qual o signo da aniquilação, da ruptura e do fim podem ser semantizados pelo viés de uma nova gestação, a literária. O ato da escrita, assim, demarca um antes e depois dessa experiência, rompendo com o estatuído. Nesse ponto, o ato-escrita produz um corte entre a experiência e o que é elaborado só depois. Como pontua Amorim (2001), a escrita por si só revela um saber que não pode ser reduzido ao que era conhecido antes de iniciar o seu processo.

No entanto, a demanda de escrita, para autora, não se restringe à elaboração de experiência pessoal. Convoca-se um posicionamento ético perante à alteridade e, sobretudo, perante ao projeto enunciativo presentificado na escrita:

Embora muitos romances se referissem a um aborto, eles não forneciam detalhes a respeito do modo como ele se dava exatamente. Entre o momento em que a moça descobria estar grávida e aquele em que não estava mais, havia uma elipse (Ernaux, 1999/2022, p. 25).

O signo da elipse conclama o passado histórico da corporeidade feminina e suas sanções societárias, tensionando-o com a impossibilidade de fechar a mulher sob um sentido único, o do silêncio. A impossibilidade de nomear o desejo de abortar dialoga com a incapacidade coletiva de narrar os abortos, remetendo à ilegalidade do procedimento. A autora passa, então, a dar espaço a uma escrita do Real, em que a “elipse” estilística, enquanto falta de palavras, acena à assunção do impossível do discurso, manifesta na “impotência” disjuntiva “entre sua produção e sua verdade” (Lacan, 1970/2003, p. 445), a saber, que a verdade possível ao relato sobre o aborto está condicionada às materialidades do ato de escrever. Com isso, seu estilo fica marcado pela busca de enunciar aos outros a concretude da sua experiência. Ao refletir sobre o seu estilo¹¹, podemos considerar que “[s]e o estilo não é uma garantia da verdade, ele é, pelo menos, a melhor forma possível de buscá-la, num determinado contexto, por um determinado autor” (Amorim, 2001, p. 253).

Nesse sentido, o estilo da autora marca um posicionamento ético em termos de ato analítico e de ato ético. Em outras palavras, consideramos um ato analítico à medida que o seu projeto enunciativo mobiliza o desejo de modo a demarcar um antes e depois dessa experiência, que rompe com o que estava instituído, e vemos isso mais nitidamente quando a autora fala da vontade de romper um relacionamento ao concluir a escrita. No que se refere ao ato ético e responsável, consideramos que ela valora a experiência, tornando-a digna de ser transmitida aos outros, ainda que pondere sobre os efeitos que ela pode evocar:

(Pode ser que um texto como este provoque irritação, ou repulsa, ou seja considerado de mau gosto. Ter vivido uma coisa, qualquer que seja, dá o direito imprescritível de escrevê-la. Não existe verdade inferior. E, se eu não relatar essa experiência até o fim, estarei contribuindo para obscurecer a realidade das mulheres e me acomodando do lado da dominação masculina do mundo) (Ernaux, 1999/2022, p. 35).

O relato da experiência do aborto em si é um dos pontos que a autora destaca acerca da sua própria narrativa, diferenciando-a de outros textos sobre o tema. Com Bakhtin, podemos compreender que “[a] criação está sempre vinculada à mudança do sentido e não pode se tornar força material pobre” (Bakhtin, 1970-1971/2017, p. 29) e, nessa via, a autora apresenta seu potencial subversivo de um discurso dominante. Em outro texto, ao discutir a função da escrita na sua vida, a autora relaciona ao que comprehende como o seu lugar na sociedade enquanto mulher:

¹¹ O estilo aqui não é compreendido de modo individual, mas sempre remete à alteridade, visto que o texto possui sempre um interlocutor, responde a enunciados alheios e utiliza-se de palavras alheias. Além disso, a produção escrita situa-se em um contexto sócio-histórico (Volóchinov, 1926/2019).

Foram situações da vida em que ser mulher tinha um peso muito grande se comparado a ser homem em uma sociedade na qual os papéis eram definidos de acordo com o sexo; a contracepção, proibida, e a interrupção da gravidez, um crime (Ernaux, 2003/2023, p. 14).

A própria narrativa subversiva, que toca o Real, é nomeada pela autora ao dizer que ela “excede à análise”:

Chego à imagem do quarto. Ela excede à análise. Só posso mergulhar nela. Tenho a impressão de que aquela mulher em plena atividade entre minhas pernas, que introduz o espéculo, me faz nascer.

Eu matei minha mãe em mim naquele momento (Ernaux, 1999/2022, p. 49).

Matar a própria mãe remete a uma polissemia interpretativa no âmbito simbólico, tratando de múltiplas possibilidades de romper, por meio do aborto, com o universo conhecido até aquele momento. Mais uma vez, a tensão entre morte e nascimento inaugura uma verdade (*pravda*) que o ato da escrita desvela na e pela rememoração empática do aborto enquanto objeto do dizer. Tal ato empático produz algo novo, que não existia nem na memória do passado, nem no momento prévio ao exercício da autoria, a saber, o surgimento de uma mulher que deverá lançar uma avaliação ética em relação a seu passado. A narrativa segue:

Houve uma dor atroz. Ela dizia “pare de gritar, querida” e “eu preciso fazer meu trabalho”, ou talvez outras palavras que queriam dizer a mesma coisa, a obrigação de ir até o fim. Palavras que encontrei depois nos relatos de mulheres que abortaram clandestinamente, como se naquele momento só pudesse haver essas palavras de necessidade e, às vezes, compaixão.

Não sei mais quanto tempo ela demorou para introduzir a sonda. Eu chorava. Parei de sentir dor, apenas uma sensação de peso no ventre. Ela disse que tinha acabado, que eu não devia tocar em nada. Tinha posto uma boa camada de algodão, caso vazasse um pouco de água. Podia ir ao banheiro tranquilamente, andar. Em um ou dois dias aquilo iria embora, caso contrário eu devia ligar. Tomamos café na cozinha. Para ela também tinha sido difícil, mas estava feito. Não lembro em que momento dei o dinheiro (Ernaux, 1999/2022, p. 50).

Na narração da cena relativa à primeira tentativa de realizar o aborto, a responsabilidade ética demandada pelo ato de escrever permite contornar a incapacidade de narrar o evento, mesmo que as únicas palavras possíveis de serem enunciadas sejam a necessidade, a compaixão e a designação o feto como aquilo que iria embora. É a palavra alheia rememorada que permite nomear o feto com um pronome demonstrativo indefinido, ao mesmo tempo designando o que sairia de si e aquilo de que ela se apropriaria para contar sua história.

Os dias se passam e, no entanto, o aborto não se efetiva, o feto não sai do útero. A narradora faz contato novamente com a “fazedora de anjos” (Ernaux, 1999/2022, p. 54), que pede que ela retorne:

Como da primeira vez, ela me disse para ir até o quarto. Eu não tinha mais medo do que ela ia fazer. Não senti dor. No momento em que retirou a primeira sonda para introduzir a da bacia, ela berrou, “você está em pleno trabalho!”. Era uma frase de parteira. Eu não tinha pensado até ali que tudo isso podia se comparar a um parto. Ela não me pediu mais dinheiro, só queria que depois eu devolvesse a sonda, pois era difícil conseguir desse modelo (Ernaux, 1999/2022, p. 52-53).

Há, nesse ponto, uma repetição da decisão ética pelo aborto e da violência desse procedimento. O Real se anuncia na lembrança enunciada pela falta de medo e de dor, que seria contornado, mais uma vez, pela palavra alheia, o enunciado de uma parteira. No processo de narrar a repetição, a autora/narradora empreende um movimento reflexivo – que poderíamos dizer exotópico¹² – acerca da própria experiência:

Escrevendo, devo às vezes resistir ao lirismo da cólera ou da dor. Não quero fazer neste texto o que não fiz na vida naquele momento, ou que fiz muito pouco – chorar e gritar. Somente permanecer o mais perto possível da sensação de um fluxo inerte do sofrimento, [...]. Pois a perturbação que sinto ao rever imagens, ao voltar a escutar palavras, não tem nada a ver com o que eu sentia então; é apenas uma emoção da escrita. Quero dizer: que permite a escrita e constitui o signo de sua verdade (Ernaux, 1999/2022, p. 55).

A escrita aparece como o que decanta como verdade da experiência. O aborto, entretanto, corre quando a narradora retorna ao local onde residia, onde compartilha com uma amiga a tentativa de aborto:

Senti uma vontade violenta de cagar. Corri para o banheiro, do outro lado do corredor, e me agachei na privada, de frente para a porta. Via o piso entre minhas coxas. Eu empurrava com todas as minhas forças. Aquilo jorrou como uma granada, num esguicho d’água que se espalhou até a porta. Vi um bonequinho pender de meu sexo na ponta de um cordão vermelho. Eu não tinha imaginado ter aquilo dentro de mim. Era preciso que eu voltasse com ele até meu quarto. Peguei com uma mão – era estranhamente pesado – e avancei no corredor apertando-o entre minhas coxas. Eu era um animal.

A porta de O. estava entreaberta, havia luz, chamei-a baixinho, “pronto”. Estamos em duas no meu quarto. Estou sentada na cama com o feto entre as pernas. Não sabemos o que fazer. Digo a O. que é preciso cortar o cordão. Ela pega a tesoura, não sabemos em que lugar cortar, mas ela o faz. Olhamos o corpo minúsculo, com uma grande cabeça, os olhos são duas manchas azuis sob as pálpebras transparentes. Parecia uma boneca Indiana. Olhamos o sexo. Temos a impressão de ver um início de pênis. Então eu tinha sido capaz de fabricar isso. O. senta no banco, chora. Choramos silenciosamente. É uma

¹² Conceito de Bakhtin que, articulado à empatia, nomeia os movimentos entre centros de valor distintos: *eu* e *outro*. Enquanto a empatia refere-se ao encontro com o outro, a exotopia diz respeito à extralocalização e ao afastamento necessário para que os centros de valor não se confundam, mas se alterem mutuamente (Bakhtin, 1920-1924/2010; 1920-1924/2023).

cena sem nome, a vida e a morte ao mesmo tempo. Uma cena de sacrifício. Não sabemos o que fazer com o feto. O. vai até seu quarto pegar um saco de torradas vazio e eu o ponho dentro. Vou até o banheiro com o saco. Parece que tem uma pedra lá dentro. Viro o saco na privada. Puxo a descarga (Ernaux, 1999/2022, p. 58).

A cena sem nome, juntamente com o choro silencioso de duas mulheres, faz ressoar no signo ideológico “aborto” as vozes e experiências de outras mulheres levadas ao silêncio. O aborto rememorado faz emergir algo do Real que desestabiliza a posição subjetiva, fazendo a narradora reconhecer-se como um animal. Nisso, o sujeito não encontra álibis nem na animalização, na impossibilidade de valorar a cena, reduzindo-a a um exercício de necessidade, a um esforço físico a fim de acabar com o processo, até estar “pronto”. Em meio à dor, a narradora enfrenta a alteridade do feto e nomeia-o diferentemente: “aquilo”, “bonequinho”, “boneca Indiana”, em um movimento de báscula entre os pronomes demonstrativos “isso” e “aquilo” e a pessoalização, com o pronome “ele”. Enquanto signos ideológicos, esses pronomes aproximam a experiência subjetiva da narradora, aterrorizada, ao feto indesignável, até que ele possa ser reconhecido como “ele”, alteridade do “eu”. A cena de sacrifício refere também ao enunciado, que precisa se abrir ao encontro do outro, que exige resposta, reconhecimento e nomeação.

A narradora precisa ir até um hospital porque perde muito sangue, correndo risco de hemorragia. No local, é maltratada por um médico, que não sabe que ela é estudante universitária, posição que marca uma distinção social naquele contexto. Ela diz que ele era capaz de deixá-la morrer, indicando toda a condenação e julgamento social em torno do aborto:

(Acabo de achar entre meus papéis essa cena, escrita há vários meses. Percebo que eu tinha usado as mesmas palavras, “ele era capaz de me deixar morrer” etc. São também as mesmas comparações que me vêm sempre que penso no momento em que o aborto no banheiro, o jorro de um obus ou de uma granada, a tampa de um barril que pula. Essa impossibilidade de dizer as coisas com palavras diferentes, essa união definitiva da realidade passada e de uma imagem que exclui qualquer outra me parecem a prova de que *realmente* vivi assim o acontecimento) (Ernaux, 1999/2022, p. 60).

A impossibilidade de nomear o acontecimento com outras palavras marca a autenticidade da própria escrita, que mimetiza a crueza do vivido com as (im)possibilidades de enunciá-lo. Como assinala Bubnova (2013), a palavra comporta mais do que um significado verbal. Em termos bakhtinianos, é sempre carregada de valoração e entonação e, nessa via, podemos compreender que a apropriação da palavra pelo sujeito é, ao mesmo tempo, a reacentuação do acontecimento traumático vivido, sempre marcada pelo discurso e pelo afeto alheios. A reacentuação materializa-se na escrita com todas as suas impossibilidades, acenando ao ser-evento enfrentando aspectos do Real. Se, até o momento da escrita, havia uma união entre o vivido e sua imagem, o enunciado narra e dialogiza, sob o projeto discursivo contemporâneo, as valorações do evento.

A narradora acorda no dia seguinte, após passar por um processo de curetagem:

Soube que havia perdido durante a noite o corpo que eu tivera desde a adolescência, com seu sexo vivo e secreto, que tinha absorvido o sexo do homem sem se alterar – e assim se tornado ainda mais vivo e secreto. Eu tinha um sexo exposto, rasgado, um ventre raspado, aberto para o exterior. Um corpo parecido com o de minha mãe (Ernaux, 1999/2022, p. 62).

Se, por um lado, a autora diz ter podido matar a mãe ao cometer o aborto - ou seja, nomeia um modo de não se identificar com ela -, ao realizar a curetagem, ter seu corpo exposto, aberto e julgado moralmente em um hospital, identifica-se com o corpo da mãe. Após o acontecimento, a narradora diz não ser capaz de localizar em que momento retornou à sua vida normal, sem a presença real e concreta de tudo que a havia envolvido nas tentativas de aborto:

Não sei quando voltei ao mundo que chamamos normal, essa formulação vaga mas cujo sentido todo mundo entende, quer dizer, o mundo em que ver uma pia brilhante ou a cabeça dos passageiros em um trem não provoca mais questões nem dores (Ernaux, 1999/2022, p. 70).

Nesse ponto, podemos compreender que, em determinado momento, os aspectos simbólicos da vida retomaram sua primazia, em detrimento do Real evocado em face de uma experiência traumática. A presença proeminente de traços da percepção como “uma pia brilhante” remonta ao trauma como excesso, que pulsa na percepção do sujeito e que o impede de vivenciar a realidade do modo usual (Freud, 1920/2010). O traumático, nessa via, não é o procedimento de aborto em si, mas a violência reiterada à estudante, que não encontra espaço de amparo e segurança para executá-lo de modo seguro e desprovido de julgamento. À medida que é possível elaborar e produzir uma lembrança a ser transmitida, é também possível transportar o passado a um tempo mais distante, que precisa ser remontado para ser recontado.

Por fim, a autora enuncia:

Terminei de pôr em palavras isso que se revela para mim como uma experiência humana total, da vida e da morte, do tempo, da moral e do interdito, da lei, uma experiência vivida de um extremo a outro pelo corpo. Eliminei a única culpa que senti a respeito desse acontecimento – que ele tenha acontecido comigo e que eu não tenha feito nada dele. Como um dom recebido e desperdiçado. Pois, para além de todas as razões sociais e psicológicas que pude encontrar naquilo que vivi, existe uma da qual estou mais certa do que tudo: as coisas aconteceram comigo para que eu as conte. E o verdadeiro objetivo da minha vida talvez seja apenas este: que meu corpo, minhas sensações e meus pensamentos se tornem escrita, isto é, algo inteligível e geral, minha existência completamente dissolvida na cabeça e na vida dos outros (Ernaux, 1999/2022, p. 71).

A escrita como ato ético visa mais do que relatar a experiência de um sujeito singular. É ato responsivo: responde a enunciados alheios, permite ao sujeito posicionar-se em uma época

em que a sociedade francesa não garantia um aborto seguro. O signo ideológico “acontecimento”, então, recebe as ênfases valorativas da lembrança e articula o ato responsável de *fazer algo com*, de não buscar álibis, de buscar uma verdade (*pravda*) que reflete o enfrentamento à alteridade do aborto. Essa verdade é o próprio acontecimento que se reatualiza no enunciado, com a diferença de receber o amparo do vetor axiológico do outro, que comanda o discurso autobiográfico.

Considerações finais

Este texto propôs, como objetivo, discutir a emergência do Real e de seus contornos enunciativos de *O acontecimento*, obra autobiográfica de Annie Ernaux (1999/2022), articulando Lacan e Bakhtin na compreensão da escrita enquanto ato ético e analítico. Enfocamos, no conceito lacaniano de ato analítico, seu caráter de corte e de inauguração do novo, momento em que o desconhecido é enfrentado pela assunção de uma posição ética que precisa se haver com o desejo. Em Bakhtin, encontramos suporte para explicar o primado da alteridade em relação à subjetividade (Bubnova, 2013; Ponzio, 2008), fazendo do sentido uma inesgotável corrente histórica que demanda, como ato ético, a criação de verdades situadas. A articulação proposta possibilitou-nos pensar o ato como posição sem álibis, assumida pelo sujeito frente ao imprevisto, que emerge no e pelo encontro com a alteridade e que funda uma rearticulação valorativa em face a si mesmo e aos outros.

A articulação referida foi necessária à análise da obra *O acontecimento* (1999) de Annie Ernaux, em que a narradora indaga, a todo momento, a possibilidade de reviver um aborto traumático e de reinscrevê-lo, mesmo sem palavras prévias, em uma publicação. Ao indagar o sentido, a obra de Ernaux ilumina os contornos enunciativos do Real, veiculando um saber além da interpretação unívoca e/ou de uma análise que se furga à interdisciplinaridade. Na obra em análise, a escrita, ao demandar uma posição implicada em termos de autoria, revela o ato ético em seu aspecto enunciativo, que reacentua o passado e funda uma nova verdade sobre o ocorrido, e analítico, ao proporcionar o nascimento da escritora enquanto nova posição subjetiva. Annie Ernaux, ao relatar sua experiência, transmite um ato ético, inscreve-se na história coletiva e convida o outro a enfrentar o vivido, pois, mesmo que para ele não existam palavras, algo pode ser feito no e pelo ato de revisita-lo.

Referências

- AMORIM, Marília. **O pesquisador e seu outro:** Bakhtin nas ciências humanas. São Paulo: Musa Editora, 2001.
- AMORIM, Marília. A questão enunciativa na pesquisa em ciências humanas. In: FERREIRA, Tânia; VORCARO, Angela (org.). **Pesquisa e psicanálise:** do campo à escrita. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 17-40.

BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável** (1920-1924). Tradução: Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **O autor e a personagem na atividade estética** (1920-1924). Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2023.

BAKHTIN, Mikhail. **O homem no espelho**. Apontamentos dos anos 1940. Tradução do russo para o italiano de Augusto Ponzio. Tradução do Italiano para o português do Brasil de Marisol Barenco de Melo. São Carlos: Pedro & João, 1943, 2019.

BAKHTIN, Mikhail. O texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas (1959-1961). In: BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 1959-1961, 2016, p. 71-107.

BAKHTIN, Mikhail. Fragmentos dos anos 1970-1971. In: BAKHTIN, Mikhail. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 1970-1971, 2017.

BAKHTIN, Mikhail. A ciência da literatura hoje (Resposta a uma pergunta da revista *Novi Mir*) (1970). In: BAKHTIN, Mikhail. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 1970, 2017.

BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do Romance I**: a estilística. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 1934-1935, 2015.

BRAIT, Beth. Alteridade, dialogismo, heterogeneidade: nem sempre o outro é o mesmo. **Revista brasileira de psicanálise**, v. 46, n. 4, p. 85-97, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2012000400008&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 25 mai. 2023.

BUBNOVA, Tatiana. O princípio ético como fundamento do dialogismo em Mikhail Bakhtin. **Conexão Letras**, v. 8, n. 10, p. 9-18, 2013. Disponível em: <http://www.artistasgauchos.com/conexao/10.pdf#page=10> Acesso em: 28 jun. 2024.

ERNAUX, Annie. **O acontecimento**. São Paulo: Fósforo, 1999, 2022.

ERNAUX, Annie. **O jovem**. São Paulo: Fósforo, 1998-2000, 2022.

ERNAUX, Annie. **A escrita como faca e outros textos**. São Paulo: Fósforo, 2003, 2023.

ERNAUX, Annie; BRAS, Pierre. « La littérature, c'est la mise en forme d'un désir ». Entretien avec Annie Ernaux réalisé par Pierre Bras. *Journal des anthropologues*, n. 147-148, p. 93-115, 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/jda/6605>. Acesso em: 07 jul. 2024.

FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar (1914). In: FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 10 (1911-1913)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1914, 2010, p. 193-209.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer (1920). In: FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 14.** História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1920, 2010, p. 161-239.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer.** São Paulo: Editora 34, 2009.

GRILLO, Sheila; AMÉRICO, Ekaterina Vólkova. Registros de Valentin Volóchinov nos arquivos do ILIAZV. In: VOLÓCHINOV, Valentin. **A palavra na vida e a palavra na poesia:** ensaios, artigos, resenhas e poemas. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova América. São Paulo: Editora 34, 2019, p. 7-56.

LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem (1953). In: LACAN, Jacques. **Escrítos.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 238-324.

LACAN, Jacques. A direção do tratamento e os princípios do seu poder (1958). In: LACAN, Jacques. **Escrítos.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 591-652.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 7:** a ética da psicanálise (1959-1960). Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução: Antônio Quinet. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

LACAN, Jacques. Radiofonia (1970). In : LACAN, Jaques. **Outros escrítos.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 403-447.

LACAN, Jacques. **Seminário, livro 11:** os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964). Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução de M.D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LACAN, Jacques. **O Ato Psicanalítico:** livro XV, notas de curso. [s.l.]: Biblioteca Freudiana, 1967-1968.

LACAN, Jacques. **Seminário 23:** o sinthoma. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução: Sérgio Laia. Rio de Janeiro: Zahar, 2007 (Seminário de 1975-1976).

MELLO, Marisol Barenco de; MIRANDA, Maria Letícia. Em busca de uma possível imagem amorosa de si e do outro. In: BAKHTIN, Mikhail. **O homem no espelho. Apontamentos dos anos 1940.** Tradução do russo para o italiano de Augusto Ponzio. Tradução do Italiano para o português do Brasil de Marisol Barenco de Mello. São Carlos: Pedro & João, 2019, p. 13-36.

MOLL, Eduardo da Silva; DI FANTI, Maria da Glória Correa. Alteridade e terapia: um olhar bakhtiniano para o conceito de construção na psicanálise freudiana. **Revista Desenredo**, v. 18, n. 1, 2021. DOI: 10.5335/rdes.v18i1.12954. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/12954>. Acesso em 21 abr. 2024.

MOLL, Eduardo da Silva; DI FANTI, Maria da Glória Correa; ROSA, Kelli Machado da. A sessão de psicanálise como gênero do discurso: enquadre, terapia e encontro de vozes em visada bakhtiniana. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, v. 39, n. 3, p. 1-27, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/delta/a/DPbmRPCwdgqQ8X97VGjLkCR/?lang=pt> Acesso em 02 mai 2024.

MONROY, A. R. Bakhtin e Freud: a questão do inconsciente. In: PAULA, L.; STAFUZZA, G. (orgs.). **Círculo de Bakhtin:** concepções em construção (Série Bakhtin: Inclassificável; v. 4). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019, p. 79-96.

PINHEIRO, Marina Assis; AGUIAR, Mariana Bentzen; CARVALHO, Glória Maria Monteiro de. Limites e possibilidades de interlocução entre o dialogismo bakhtiniano e a psicanálise. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 22, n. 2, p. 254-277, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rlpf/a/5sPFVx7tcTCHdgpPmXpMKdB/?lang=pt#> Acesso em: 25 mai 2023.

PONZIO, Augusto. **A revolução bakhtiniana:** o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea. Tradução de Valdemir Miotello. São Paulo: Contexto, 2008.

PONZIO, Augusto. A concepção bakhtiniana do ato como dar um passo. In: BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável.** Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010, p. 5-35.

PONZIO, Luciano. **Visões do texto.** Tradução de Mary- Elizabeth Cerutti-Rizzatti e Giorgia Brazzarola. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

QUINET, A. **As 4+1 condições da análise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

SOBRAL, Adail. A estética em Bakhtin (Literatura, Poética, Estética). In: PAULA, Luciana de; STAFUZZA, Grenissa (org.). **Círculo de Bakhtin:** teoria inclassificável. São Paulo: Mercado de Letras, 2010, p. 53-88.

TEIXEIRA, Marlene. O outro no um: reflexões em torno da concepção bakhtiniana de sujeito. In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. (orgs.). **Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006, p. 227-234.

VOLÓCHINOV, Valentin. A palavra na vida e a palavra na poesia: para uma poética sociológica. In: VOLÓCHINOV, Valentin. **A palavra na vida e a palavra na poesia:** ensaios, artigos, resenhas e poemas. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 1926, 2019.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem:** problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 3^a ed. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 1929, 2018.

ZUBERMAN, José. **A Clínica Psicanalítica:** seminários na Clínica-Escola. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

Data de submissão: 07/07/2024

Data de aceite: 06/03/2025